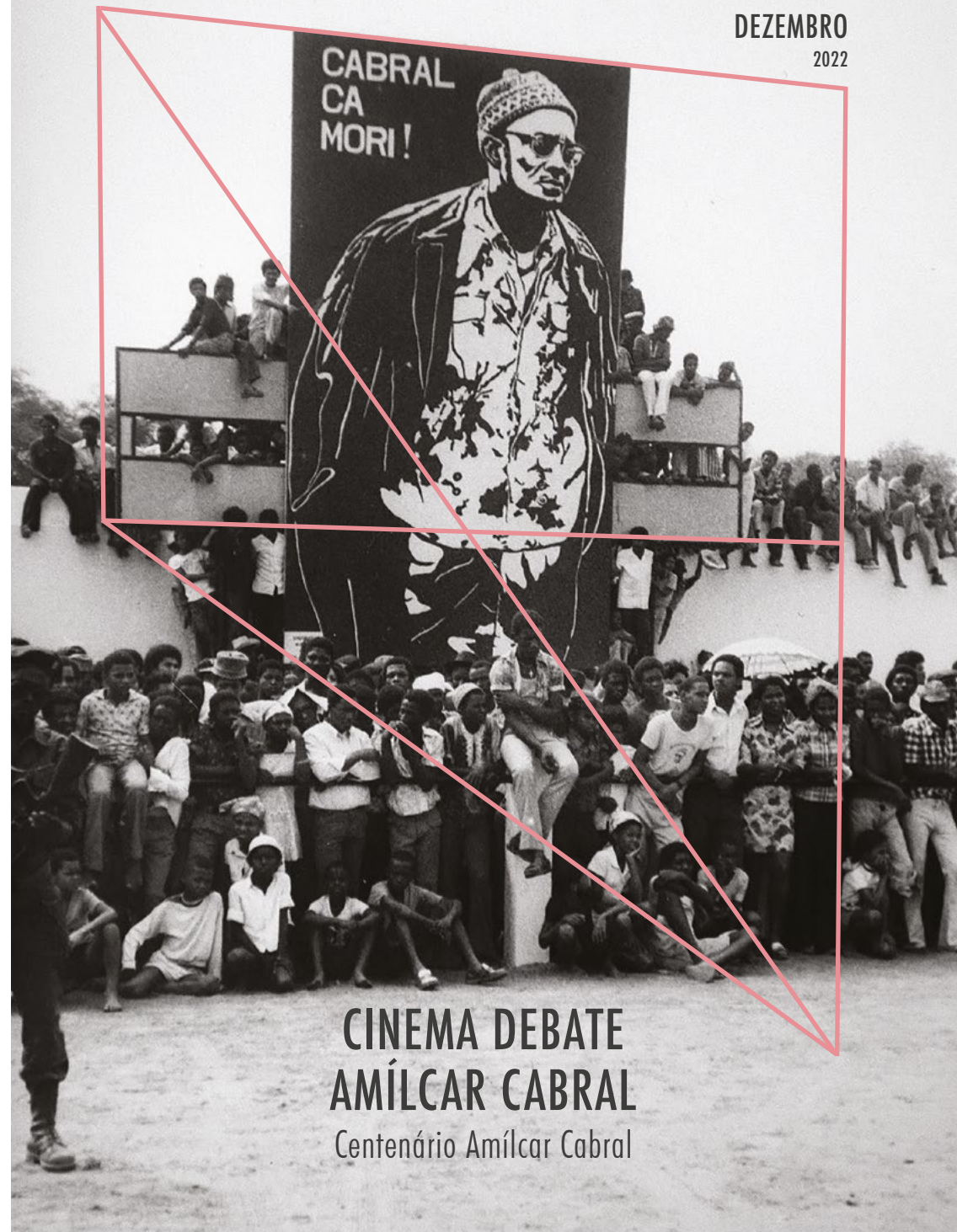


7 - 11
DEZEMBRO
2022



**CINEMA DEBATE
AMÍLCAR CABRAL**
Centenário Amílcar Cabral

Promotor

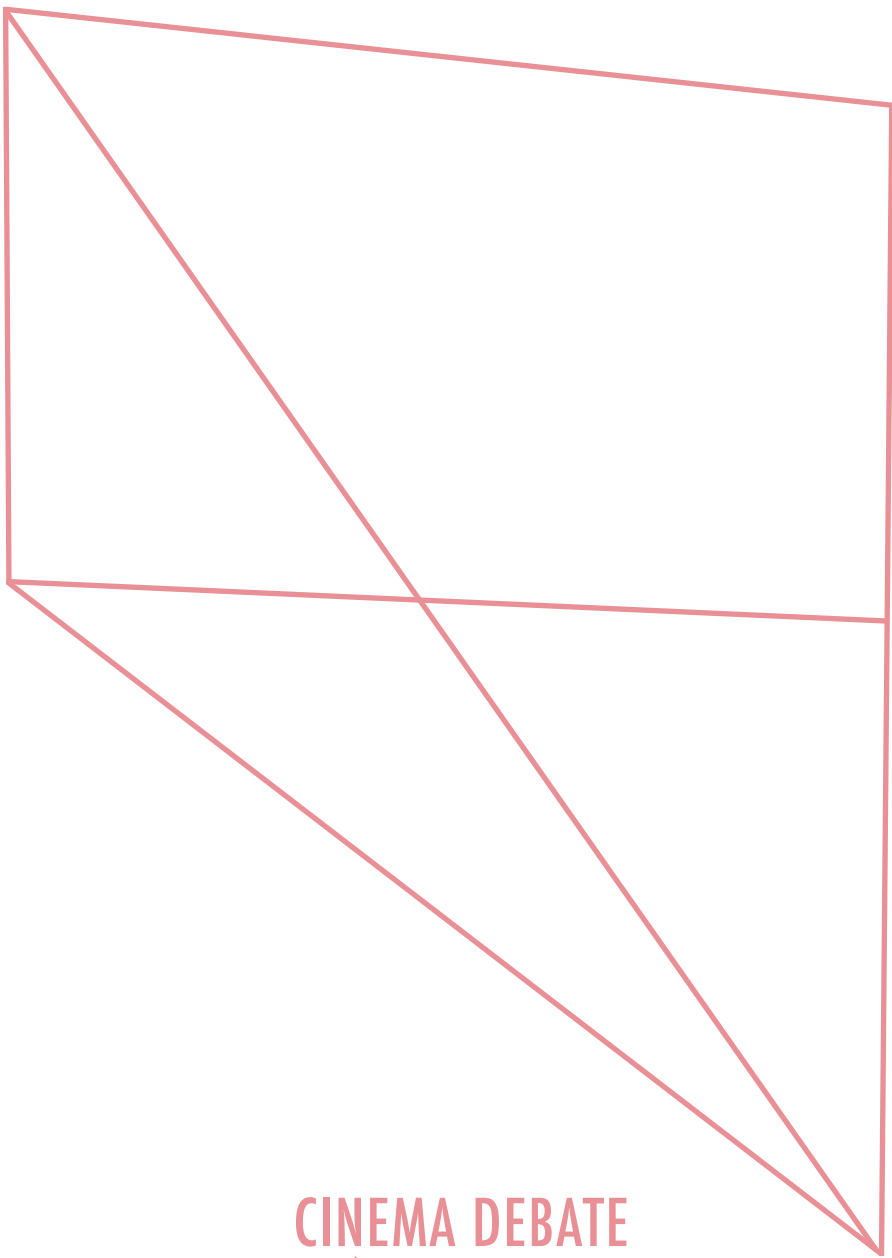


Financiador



Parceiros





CINEMA DEBATE
AMÍLCAR CABRAL
Centenário Amílcar Cabral

FICHA TÉCNICA

Promotor

Fundação Amílcar Cabral

Financiado por

Fundação Rosa Luxemburgo

Parceiros

Centro Cultural do Mindelo
Faculdade de Ciências Humanas e Arte,
Uni-CV
Associação Morna Jazz
Observatório da Cidadania
Universidade do Mindelo

Equipa

Direcção Artística

Paula Nascimento / Ângelo Lopes

Comissão Científica e Textos

Ângela Benoliel Coutinho
Aurora Almada e Santos

Produção

Centro Cultural do Mindelo

Imagens

Arquivos

Arquivo Municipal de Lisboa
Fundação Amílcar Cabral
Fundação Mário Soares e Maria Barroso
United Nations Photo Library

Fotógrafos

Mikko Pyhälä

Tradução

Oxford School

Design Gráfico

Ângelo Lopes
Paula Nascimento

Impressão

Orgal Impressores

Tiragem

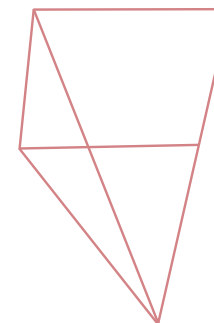
140

Patrocinado pela Fundação Rosa Luxemburgo com fundos do Ministério Federal para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento da República Federal da Alemanha.

O conteúdo da publicação é da exclusiva responsabilidade do parceiro e não reflete forçosamente uma tomada de posição da Fundação Rosa Luxemburgo.

Esta publicação ou os seus excertos podem ser reproduzidos livremente por terceiros desde que seja feita uma referência adequada à publicação original.

Projeto da Fundação Amílcar Cabral



CINEMA DEBATE

AMÍLCAR CABRAL

Centenário Amílcar Cabral

“Em um mundo alienado, a cultura – obviamente – é um produto deformado e deformante. Para superar isso, é preciso ter uma cultura de e para a revolução [...] No caso específico do cinema – arte para as massas por excelência – sua transformação de mero entretenimento para um meio activo de circunscrição torna-se imperativa. O seu papel na batalha pela libertação completa do homem é de primordial importância. A câmara torna-se então uma arma, e o cinema deve ser um cinema de guerrilha.”¹

Getino & Solanas

“Fruto da história de um povo, a cultura determina simultaneamente a história pela influência positiva ou negativa que exerce sobre a evolução das relações entre o homem e o seu meio e entre os homens ou grupos humanos no seio de uma sociedade, assim como entre sociedades diferentes.”

Amílcar Cabral

O cinema é uma das formas de arte mais importantes no século XX, tendo-se igualmente tornado um poderoso meio de comunicação de massas. Na história da criação dos movimentos de libertação Africanos, podem ser traçados paralelos entre o nascimento dos novos estados-nação e o nascimento do cinema anticolonial. Um cinema militante, formal e tecnicamente inspirado no movimento Terceiro Cinema², feito com meios escassos, maioritariamente documental, cujo objectivo era a desconstrução/subversão das narrativas coloniais e das tradições do cinema americano, mais voltado para o entretenimento.

Como aconteceu em diversos países, o cinema teve um papel preponderante nos processos de libertação da Guiné e Cabo Verde: importante enquanto veículo capaz de disseminar as atrocidades da luta colonial para além das fronteiras nacionais, e como um veículo pedagógico e de cariz ideológico, ideal para forjar e consolidar uma identidade e unidade política e cultural.³

As imagens cinematográficas não só representam um processo revolucionário em busca de autonomia, como também serviram para projectar futuros utópicos.

O cinema é também a arte da memória. Assistir a estes filmes (e imagens de arquivo) nos dias de hoje, permitem-nos aprofundar um conhecimento/análise crítica do contexto histórico, e uma melhor compreensão do passado e das circunstâncias difíceis em que foram proclamadas as independências. É deste pensar que nasce a proposta para o evento – a apresentação pública de documentários realizados durante o período da guerrilha levada à cabo pelo PAIGC no território da actual Guiné-Bissau nas décadas de 1960-70.

Desconhecidos do grande público em Cabo Verde, a projecção desses filmes, assumidos na sua dupla dimensão de fontes documentais e de obras artísticas, servirá como base para uma reflexão e discussão mais alargada em torno do contexto político da época e da figura de Cabral, das circunstâncias nas quais começou a ser construído o presente, do papel da cultura e das imagens na construção dos imaginários socioculturais. Esta conversa pretende-se a mais inclusiva e transversal possível.

Quanto do passado reconhecemos no presente?

1. Solanas, Fernando, e Octavio, Getino. "TOWARD A THIRD CINEMA." *Cinéaste* 4, no. 3 (1970): 1-10. <http://www.jstor.org/stable/41685716>.

2. Terceiro Cinema (Third Cinema): movimento cinematográfico em oposição ao neocolonialismo e ao sistema de Hollywood de fazer cinema. Os manifestos do 3º cinema foram desenvolvidos na década de 60-70 em resposta às realidades sociais, políticas e económicas, num momento em que os países estavam a sofrer pressões de políticas neocoloniais. O termo foi criado por Fernando Solanas e Octávio Getino (ver artigo mencionado acima).

3. Schefer, Raquel. FICTIONS OF THE LIBERATION STRUGGLE: RUY GUERRA, JOSÉ CARDOSO, ZDRAVO VELIMIROVIC. *Kronos* Vol 39 - 1 (2013): 298-315. http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0259-01902013000100013&lng=en&nrm=iso. access on 06 Sept. 2022

FILMES

CONCERNIG VIOLENCE

Dir: Goran Olsson | Cor, som, full HD, 85', 2014

Concerning Violence (Sobre a Violência) é um documentário de 2014 escrito e dirigido por Göran Olsson. É baseado no ensaio de Frantz Fanon, Concerning Violence, do livro Os Condenados da Terra (The Wretched of the Earth) de 1961. Narrado por Lauryn Hill, Concerning Violence é uma narrativa visual ousada e fresca sobre África, baseada em material de arquivo recém-descoberto que cobre a luta pela libertação do domínio colonial no final dos anos 60 e 70.

NASCIMENTO DE UMA NAÇÃO

Dir: Lennart Malmer, Ingela Romare | Cor, Som, OV c/ legendas, 48' Suécia, 1973

O momento central do NASCIMENTO DE UMA NAÇÃO é a declaração unilateral de independência da Guiné-Bissau em 24 de setembro de 1973, ainda antes do fim da guerra. Malmer não se limita a seguir a marcha do tempo, dá-lhe uma dinâmica precisa através da montagem e do registo humano enquadrado no discurso da paisagem. O balbuciar de Spínola e a canção de Adriano Correia de Oliveira sobre as imagens do ataque à tropa portuguesa contrastam com o congresso em que o PAIGC proclama a independência do país.

O REGRESSO DE AMÍLCAR CABRAL

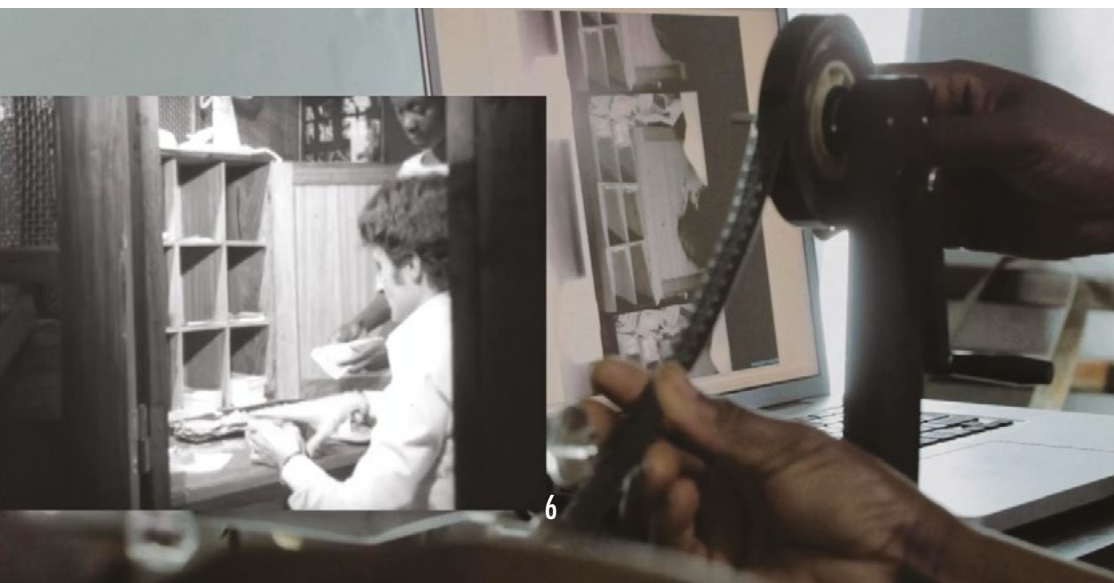
Dir: Sana Na N'Hada, José Bolama, Josefina Crato, Djalma Fettermann e Flora Gomes | Cor, 31' | Guiné Bissau, Suécia, 1976

Documentário da trasladação dos restos mortais de Amílcar Cabral, da cidade de Conakry para a de Bissau.

SPELL RELL

Dir: Filipa César, 2017 | Alemanha, Portugal, França, Guiné-Bissau; 96'

Um arquivo de material audiovisual em Bissau. À beira da ruína completa, as imagens testemunham o nascimento do cinema guineense enquanto parte da visão descolonizadora de Amílcar Cabral, o líder da libertação assassinado em 1973.

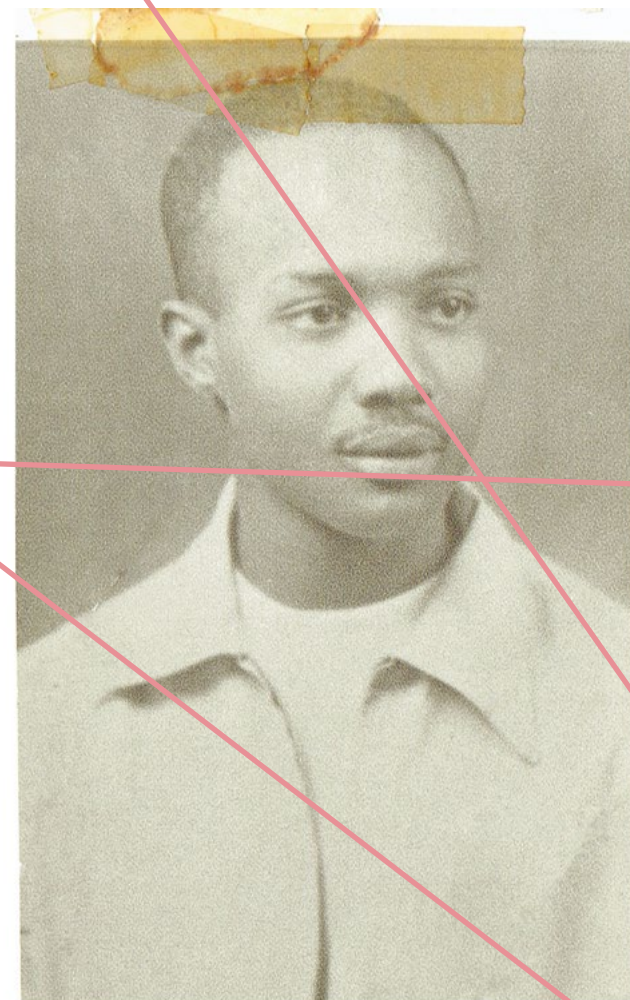


BIOGRAFIA DE AMÍLCAR CABRAL

Amílcar Lopes Cabral, filho de emigrantes cabo-verdianos, nasceu em Bafatá, na Guiné, a 12 de setembro de 1924. O pai, Juvenal António Lopes da Costa Cabral, era ex-seminarista, professor primário e jornalista natural de Santa Catarina. A mãe, Iva Pinhel Évora, era empresária nascida na cidade da Praia. Em novembro 1932, acompanhando o pai, passou a residir em Cabo Verde. Terá frequentado o ensino primário na Praia, prosseguindo os estudos liceais em São Vicente.

Em novembro de 1945 mudou-se para Portugal, onde frequentou o Instituto Superior de Agronomia com uma bolsa da Casa dos Estudantes do Império. Concluiu o curso em 1952 e até 1955 trabalhou na Repartição Técnica dos Serviços Agrícolas e Florestais da Guiné, onde juntamente com a esposa efetuou o primeiro recenseamento agrícola do território. Entre março de 1955 e janeiro de 1960, voltou a residir em Portugal, trabalhando na Brigada Fitossanitária no Largo de Santos, no Gabinete de Estudos Agronómicos e com a Junta de Investigação do Ultramar. Durante este período, também se deslocou várias vezes a Angola para colaborar com empresas agrícolas enquanto consultor.

Casou-se a 20 de dezembro de 1951 com a colega de curso Maria Helena Ataíde Vilhena Rodrigues, com quem teve Iva Maria de Ataíde Vilhena Cabral, a 13 de abril de 1953, e Ana Luísa Ataíde Vilhena Cabral, nascida a 14 de agosto de 1962. Após a separação de Maria Helena Rodrigues em 1966, Amílcar Cabral passou a viver com Ana Maria Voss de Sá, de cujo relacionamento nasceu a terceira filha, N'Dira Abel de Sá Cabral, a 6 de dezembro de 1969.



A SOCIEDADE CABO-VERDIANA ANTES DO INÍCIO DA GUERRA

Na primeira metade do século XX, Cabo Verde permaneceu uma colónia africana de Portugal, e tal como todas as outras, em 1951 passou a chamar-se “província ultramarina”. A nova denominação não alterou o sistema político: um governo da colónia era nomeado pelo governo central, que desde 1933, também aprovava o orçamento do território.

No arquipélago não chegou a vigorar o estatuto do indigenato, mas, segundo Nobre de Oliveira, até 1949 foram aprovadas leis discriminatórias, e até racistas, relativas aos ditos “nativos” ou “coloniais”, ou seja, aos portugueses nascidos nas colónias.

Cabo Verde não beneficiava de investimentos por parte da metrópole; pelo contrário, as taxas dos Western Telegraph, por exemplo, ficaram sempre nos cofres da metrópole, desde a sua instalação em 1874. Por outro lado, quando ocorriam as recorrentes secas, os governos da colónia pediam empréstimos bancários à metrópole para adquirir bens de primeira necessidade, sempre insuficientes para a população atingida.

Nestas circunstâncias, na década de 1940, segundo António Carreira, cerca de 40% da população morreu por inanição. O século XX colonial também foi marcado pela contratação de trabalhadores para as roças de cacau e café em S. Tomé e Príncipe, pela forte emigração ilegal para diversos continentes, pela derrocada dos últimos grandes proprietários ilhéus e pela decadência económica do Porto Grande de S. Vicente, onde os britânicos tinham investido no século XIX, mas que não foi atempadamente modernizado de modo a poder concorrer com os portos vizinhos, de Dakar e Las Palmas.

Cabo Verde teve o primeiro liceu laico da África Ocidental, em 1917, e de acordo com Moacyr Rodrigues, a partir da década de 1930 a morna viu afirmar-se fortemente o seu papel unificador da nação.



A SOCIEDADE GUINEENSE ANTES DO INÍCIO DA GUERRA

Muito se tem escrito sobre a resistência em armas dos povos que hoje constituem a Guiné-Bissau, contra a presença colonial portuguesa nos séculos XIX e XX, que de acordo com René Pélissier, durou até à década de 1930.

Cabo Verde servia como base de apoio militar a estas guerras de conquista por parte de Portugal, e os cabo-verdianos eram recrutados como soldados, atuando também como funcionários coloniais, e nos sectores agrícola e comercial deste território vizinho.

Tal como Cabo Verde, a então Guiné Portuguesa passou a denominar-se “província ultramarina” em 1951. Cerca de 99% da população foi enquadrada pelo regime do indigenato até 1961. Segundo Carlos Cardoso, quase 90% dedicava-se à agricultura e pecuária, cerca de 9% ao comércio e serviços e 3% à atividade industrial. 60% das exportações dependiam do amendoim, ou mancarra, cujos preços eram fixados pela CUF – Companhia União Fabril.

Entre os povos da Guiné havia então sobretudo animistas, mas também muçulmanos, e uma pequena comunidade cristã. A partir da década de 1940, com a descoberta do quinino, os portugueses metropolitanos passaram a ter uma presença numericamente mais significativa que a dos cabo-verdianos, sendo de assinalar uma presença expressiva da comunidade sírio-libanesa.

A DITADURA FASCISTA EM PORTUGAL

Em 1933 foi instituído um regime de ditadura fascista em Portugal, chamado de Estado Novo, cujo principal dirigente foi António de Oliveira Salazar, e após 1968, Marcelo Caetano. Foi logo criada a censura prévia, foram proibidos os partidos políticos que não a União Nacional, e foi instituído todo um aparelho repressivo, cuja face mais visível era a terrível e odiada polícia política, a PIDE/DGS.

Poucos portugueses podiam votar e as mulheres eram abrangidas por um regime legal de minoridade.

Embora se tenha logrado controlar as contas públicas, e apesar dos ganhos auferidos com a venda do volfrâmio para todas as partes em conflito durante a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento económico foi muito condicionado no país, e as receitas alfandegárias, através da importação e exportação de produtos coloniais, continuaram a ser a principal fonte de receitas da metrópole.

As relações económicas entre a metrópole e as suas colónias africanas e orientais foram logo enquadradas pelo Ato Colonial, em 1933, em benefício da primeira, que determinava os preços de comercialização de todos os produtos. O regime do Estado Novo apoiou formalmente as teses do racismo científico e fez vigorar a lei do indigenato até 1961 nos territórios africanos continentais e em Timor Leste.

Em Portugal continental, o regime sofreu um grande abalo com as eleições presidenciais de 1958, ganhas pelo General Humberto Delgado, e alvo de fraude, tendo este candidato sido brutalmente assassinado pela PIDE em 1965.

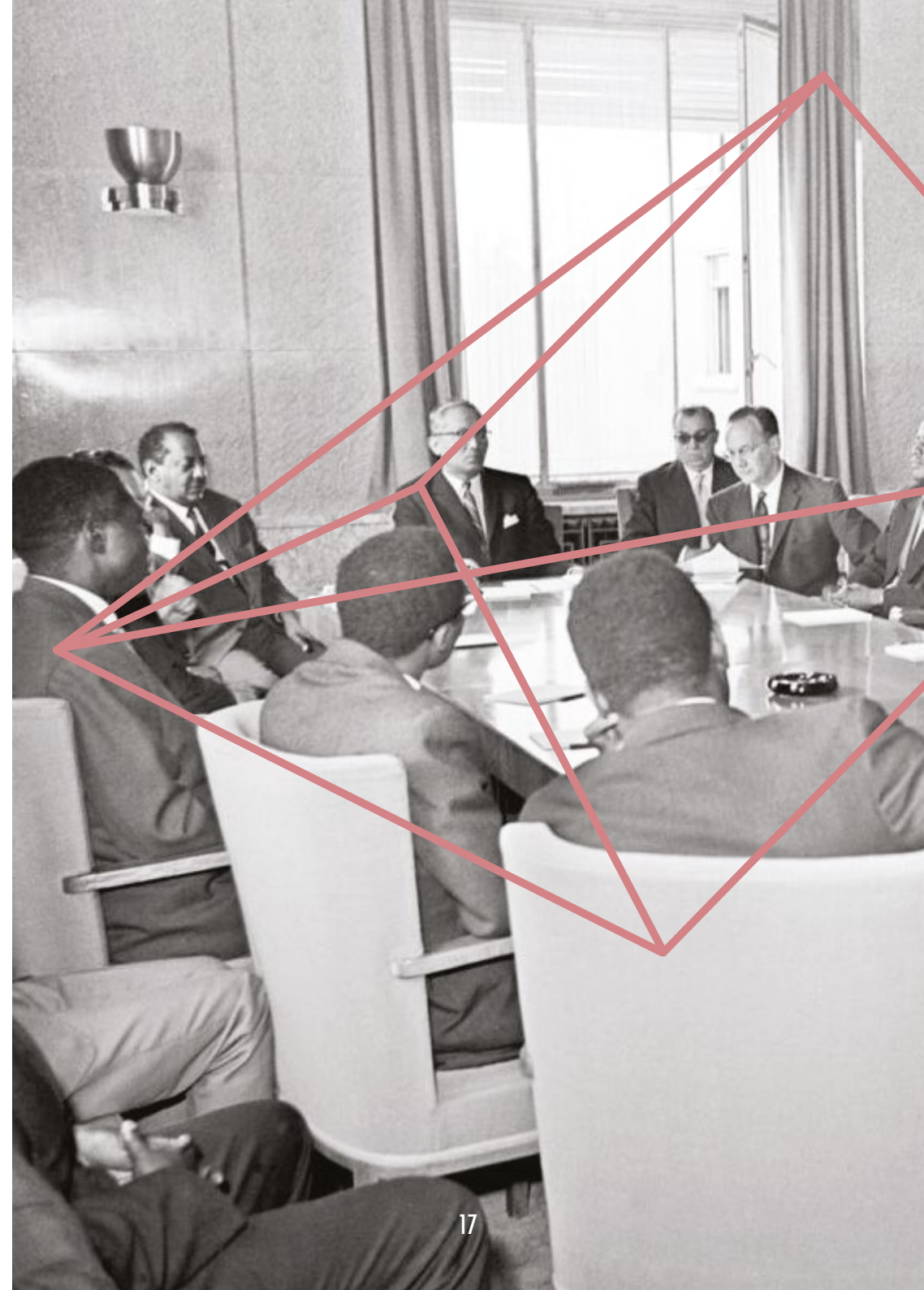


INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS

O processo de descolonização em África ganhou ímpeto após a II Guerra Mundial, acompanhando o movimento de independência das colónias europeias na Ásia. Inicialmente, as potências europeias tentaram reter as suas colónias efetuando reformas, mas rapidamente foram ultrapassadas pelas reivindicações anticoloniais.

A descolonização em África decorreu em várias fases, estendendo-se do norte do continente para a região subsariana. Foram seguidos diferentes modelos, tendo havido recurso a negociações – em algumas situações com a concessão de independências fictícias – à violência ou à luta armada.

Merece destaque pela sua importância a independência da Costa do Ouro, atual Gana, em 1957, que ajudou a acelerar as independências das restantes colónias africanas. Por volta de 1960, grande parte dos territórios africanos tinham alcançado a independência, com algumas exceções como as colónias portuguesas, a Rodésia do Sul, onde foi instalado um regime de minoria branca, e a África do Sul, que apesar de independente não reconhecia os direitos da maioria negra.





A LUTA NA CLANDESTINIDADE

Como consequência da proibição de partidos políticos e do forte aparelho repressivo das liberdades cidadãos criado pelo regime do Estado Novo em Portugal e no seu império, a atividade dos movimentos independentistas das suas colónias desenvolveu-se grandemente na clandestinidade.

Sabe-se que o PAIGC tinha militantes em células criadas em diversos territórios, inclusive em Portugal continental, cujo número foi aumentando com os anos. Havia também um sistema de informação, ainda pouco estudado, que envolvia marítimos cabo-verdianos e não só. Houve apoios pontuais e informais por parte de diversas pessoas, não só guineenses e cabo-verdianos, mas também cidadãos estrangeiros, e portugueses metropolitanos.

Os militantes clandestinos do PAIGC e dos movimentos independentistas africanos, assim como os seus familiares e amigos próximos sofreram perseguições de várias ordens por parte do regime colonial-fascista, e, ao longo deste processo, muitos foram detidos em prisões e em campos de concentração. Os presos eram alvo de tortura e um número ainda indeterminado de pessoas foram assassinadas.



AS INSTITUIÇÕES DO PAIGC

No ano de 1960 foi criada a sede do PAIGC na cidade de Conakry, por Amílcar Cabral e a sua 1ª esposa, Maria Helena de Ataíde Vilhena Rodrigues e por Aristides Pereira e a sua esposa, Carlina Fortes. Luís Cabral e a 1ª esposa, Lucette Andrade, criaram uma representação do PAIGC em Dakar, em 1961.

Em Conakry foram também criados a Escola de Quadros, o Secretariado, os órgãos de imprensa escrita, a Escola-Piloto, o Jardim-Escola e a Rádio Libertação.

Foi após a realização do Iº Congresso do PAIGC, em Cassacá, em 1964, que se criaram as F.A.R.P. – Forças Armadas Revolucionárias do Povo, as Milícias, e também escolas primárias, internatos, brigadas e postos sanitários, hospitais, um sistema comercial através dos Armazéns do Povo, um sistema judicial através dos tribunais populares, e um novo sistema político, com os comités de aldeia ou de tabanca. Os países nórdicos, sobretudo a Suécia, deram um apoio decisivo a estas novas estruturas.

O PAIGC criou um alargado programa de bolsas de estudo no exterior.

Foi também nomeado um Bureau Político, um Comité Central, e um Conselho de Guerra, sendo que em 1972, o PAIGC organizou as eleições para a Iª Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, nas regiões sob seu domínio, cujos deputados proclamaram unilateralmente a independência da Guiné-Bissau, a 24 de setembro de 1973.



A GUERRILHA

Constituído por centenas de canais e rios, terrenos de terra firme e pantanosos, e exuberantes manchas florestais, o território da Guiné-Bissau, na sua configuração como no seu clima tropical húmido favorece a atuação de grupos de guerrilha, sendo que esta incide sobretudo no desgaste e na sabotagem, jogando com o efeito surpresa.

No início da década de 1960, os diversos movimentos políticos criados em prol da independência da então Guiné Portuguesa não chegaram a unificar-se, e apenas o PAIGC logrou dar início a uma ação armada continuada.

O primeiro ataque foi a Tite e Fulacunda, no sul, a 23 de janeiro de 1963.

O principal objetivo era o da destruição das vias terrestres, de modo a inviabilizar a vida económica colonial, e nomeadamente, a exportação de amendoim e de madeira.

A captura de três embarcações militares portuguesas foi fundamental para assegurar a logística da guerra, sendo que o PAIGC utilizou sobretudo as vias fluviais e marítimas, com pirogas e pequenas jangadas, recorrendo também a muitos carregadores, que atravessavam o território a pé. A partir de 1967, o PAIGC passou a dispor de lanchas rápidas.

Os primeiros guerrilheiros foram treinados na China, em 1961, tendo havido formações em diversos países.

Os principais comandantes da guerrilha atuavam também como responsáveis políticos e Amílcar Cabral era o estratega militar.



Inicialmente, os guerrilheiros foram organizados em grupos territoriais e grupos móveis, estes, com 17 homens. Em 1964 foram criadas as Milícias Populares, para autodefesa das populações.

Em 1965, a guerra já tinha alastrado a todo o território, com as frentes sul, norte e leste. Foi então criado um Conselho de Guerra. Em 1970, o PAIGC desencadeou ações de guerrilha urbana na capital, Bissau.

Este partido foi conseguindo também obter um armamento cada vez mais eficaz e sofisticado, tendo começado com pistolas-metralhadoras, caçadeiras, granadas e espingardas, e depois, explosivos, metralhadoras ligeiras, minas e forninhos anticarro, metralhadoras pesadas, lança-granadas, morteiros, granadas de mão, e por último, armas antiaéreas, foguetões e mísseis Strella. A maioria das armas provinha da ex-União Soviética e de países do Leste Europeu e aportavam em Conakry. A partir de 1965, o apoio militar e político de Cuba foi muito importante. Um grupo de guerrilheiros cabo-verdianos preparou-se durante 2 anos na Sierra Maestra para a invasão do arquipélago. Tendo o plano sido adiado após a morte do comandante Che Guevara, os guerrilheiros cabo-verdianos passaram a atuar no teatro de guerra da Guiné, com uma ação importante na artilharia e decisiva na utilização de armas antiaéreas, destruindo aviões da Força Aérea Portuguesa.

A batalha mais importante na primeira fase da guerra foi a ocorrida na ilha de Como, com maciços florestais e rodeada de terrenos pantanosos. Chamada Operação Tridente pelas Forças Armadas Portuguesas, durou mais de 2 meses opondo 300 guerrilheiros, apoiados pela população, a 1100 homens armados.

As Forças Armadas Portuguesas tinham de atuar simultaneamente com forças terrestres, navais e aéreas, por forma a adaptar-se ao terreno, ora seco, ora pantanoso, ora aquático. Inicialmente dispunham de helicópteros e helicópteros, morteiros 82, canhões sem recuo, lança-granadas, entre outros.



Dos três teatros de operações que constituíram a guerra colonial portuguesa, o da Guiné foi sempre, proporcionalmente, o que teve o maior número de mortos e aquele em que a alimentação era mais deficiente e pouco variada, constituída sobretudo pelos mesmos produtos enlatados.

Na década de 1970, o PAIGC, que dispunha já de grupos de guerrilheiros com 100 homens, atacava aquartelamentos todas as noites, e alguns, mais do que uma vez por dia. Os soldados portugueses, recrutados à força pelo regime de ditadura então vigente chegaram a adotar uma postura de colaboração mínima em ações de combate, numa estratégia de sobrevivência. Foi aumentando o recrutamento de soldados africanos, obedecendo a uma estratégia de africanização da guerra.

As populações guineenses acolhiam os guerrilheiros do PAIGC após os ataques, ficando assim sujeitas a represálias por parte do exército português. Contudo, muitos também colaboravam com o exército português e surgiu um grande número de refugiados no Senegal, mas também em Bissau, que fugiam aos dois lados da guerra.

A partir de meados da década de 1960, o apoio humanitário que o PAIGC recebeu por parte de países nórdicos, sobretudo da Suécia, foi determinante.

Em 1968, com a nomeação do brigadeiro António de Spínola pelo Governo português para a direção política e militar na Guiné, o cenário mudou totalmente. Foi, assim, levada a cabo uma ação de promoção social e económica da população, que, desde 1961, tinha deixado de estar sujeita ao regime do

indigenato. O novo governador desencadeou também um programa de propaganda e de ação psicológica.

Simultaneamente, o exército português levava a cabo ações camufladas, fazendo-se passar pelos guerrilheiros do PAIGC. As populações não colaborantes eram fustigadas com bombas incendiárias de napalm, cuja utilização não era autorizada pela ONU.

Com o acordo do governo português, e diversos outros apoios, o governador Spínola preparou um golpe militar na Guiné-Conakry, no âmbito do qual Amílcar Cabral e o presidente desse país, Ahmed Sékou Touré, deveriam ser assassinados. A operação mar verde, em 1970, falhou.

Após o assassinato de Amílcar Cabral, que veio a ocorrer em 1973, as batalhas de Guidage e Guiledje foram decisivas no teatro de operações e a utilização dos mísseis antiaéreos Strella paralisou a Força Aérea portuguesa, cujos pilotos se recusaram a voar.

No seu cômputo geral, no contexto da guerra colonial, a Guiné foi considerada o calcanhar de Aquiles. Foi também deste território que saiu o grupo de capitães que deu um golpe militar bem-sucedido em Portugal, a 25 de abril de 1974.

A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NO MOVIMENTO INDEPENDENTISTA

As mulheres juntaram-se ao movimento independentista desde a primeira hora, atuando no sistema de comunicação na clandestinidade, ocupando-se do recrutamento e da formação política, e engajando-se em atividades diplomáticas. Muitas esconderam militantes em suas casas, e cuidaram da alimentação.

Após 1964, o PAIGC criou a milícia, armando mulheres. Nas chamadas regiões libertadas atuaram enfermeiras, socorristas, médicas, professoras, juradas dos tribunais populares e mulheres membros dos comités de tabanca, visto que o PAIGC instituiu formalmente a igualdade de género em 1966, a par com uma política de quotas.

As mulheres trabalharam também ativamente no secretariado-geral e nos armazéns do povo. Participaram na comissão editorial dos órgãos de imprensa, na produção radiofónica e na direção da Escola-Piloto, que preparava os futuros dirigentes dos países independentes.

Houve mulheres comissárias políticas e algumas integraram os órgãos máximos de direção partidária.

A COLABORAÇÃO ENTRE MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ, MOÇAMBIQUE E S. TOMÉ E PRÍNCIPE

A colaboração entre os movimentos independentistas das ex-colónias portuguesas em África que viriam a tomar o poder nos novos países começou por ser a expressão de uma amizade, que se construiu entre estudantes universitários que se conheceram na década de 1940, na Casa dos Estudantes do Império em Lisboa, a saber, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Alda do Espírito Santo, Mário Pinto de Andrade, Eduardo Mondlane, entre outros.

Sabe-se que a ação dos movimentos por eles criados e liderados foi sempre alvo de concertação, relativamente a determinados aspetos. Os principais dirigentes do MPLA, FRELIMO, PAIGC e MLSTP foram-se encontrando ao longo dos anos, no quadro da CONCP, fundada em Marrocos em 1961. Os líderes destes movimentos foram recebidos em audiência pelo Papa Paulo VI, em 1970.



SOLIDARIEDADE AFRICANA E INTERNACIONAL

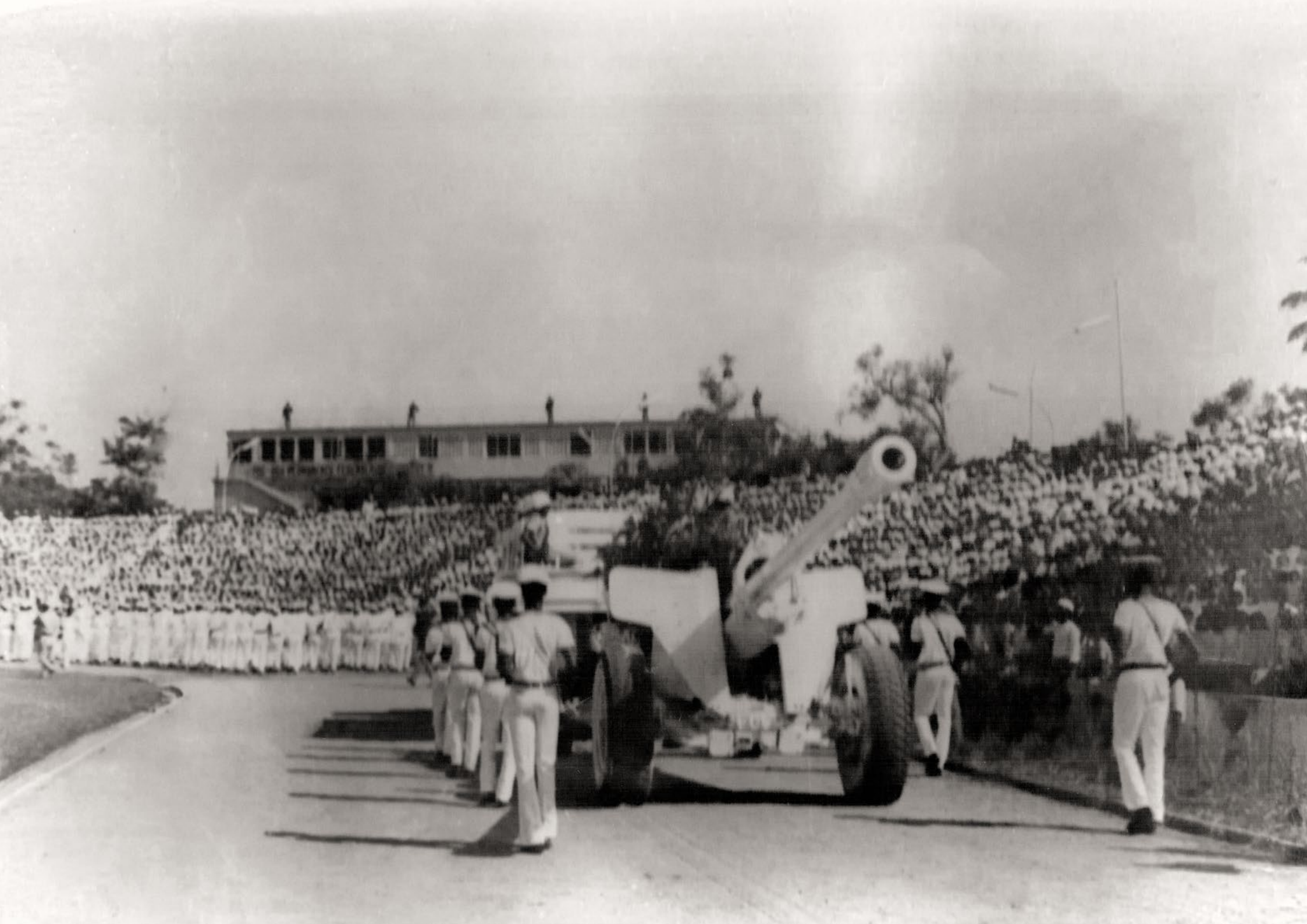
A luta pela independência da Guiné e Cabo Verde foi em grande medida alimentada pela solidariedade internacional. O PAIGC procurou ativamente encontrar apoios internacionais e uma grande variedade de entidades espalhadas pelo mundo envolveu-se voluntariamente com o movimento.

Governos, organizações internacionais, atores não estatais e ativistas individuais ajudaram a difundir a nível internacional o discurso anticolonial do PAIGC e procuraram reunir apoios moral, político e material para o movimento. A solidariedade internacional com o PAIGC foi motivada por diferentes interesses e assumiu as mais variadas facetas.

No caso dos governos, quer fossem ocidentais, socialistas ou não alinhados, alguns forneceram assistência direta ao PAIGC. Os africanos foram paradigmáticos a esse respeito, pois além do apoio de países como a Guiné-Conacry, onde Amílcar Cabral se instalou em maio de 1960, atuaram por intermédio da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização de Unidade Africana (OUA), sendo que esta última patrocinou a luta pela independência das colónias portuguesas.



A solidariedade com o PAIGC estendeu-se à sociedade civil, nomeadamente em países ocidentais cujos governos tinham uma posição ambivalente em relação à política colonial portuguesa. Por vezes, foram criadas redes formais através de grupos de solidariedade, como o Comité Americano para a África nos Estados Unidos da América. Em outras situações, a solidariedade manifestou-se através de ações individuais de políticos, jornalistas, académicos, cineastas, missionários, médicos, intelectuais ou estudantes, que atuaram em apoio ao PAIGC.



PROCLAMAÇÃO UNILATERAL DA INDEPENDÊNCIA

A partir do início da luta armada na Guiné em 1963, o PAIGC passou a reivindicar o controlo sobre partes do território, que foram designadas como áreas libertadas. O movimento afirmava que estavam a ser criadas nessas áreas as estruturas do futuro estado guineense, através de programas nos campos da educação, saúde, administração, economia, justiça, entre outros.

Em meados da década de 1960, o PAIGC argumentava que a Guiné se encontrava na situação de um estado com parte do seu território, nomeadamente as zonas urbanas, ocupadas por forças estrangeiras. Em consequência, concebeu o projeto de proclamar unilateralmente a independência para colocar Portugal na situação de agressor e obter personalidade jurídica internacional.

A proclamação da independência foi adiada inúmeras vezes e ocorreu no seguimento de eleições para a Assembleia Nacional Popular realizadas pelo PAIGC entre agosto e outubro de 1972. A 24 de setembro de 1973, em Madina do Boé, o movimento proclamou a República da Guiné-Bissau, que foi objeto de reconhecimento por dezenas de países apesar de diligências em sentido contrário efetuadas por Portugal.

Ao ser debatida na ONU, a proclamação unilateral da independência foi considerada um dado adquirido, entendendo-se, como o PAIGC vinha defendendo, que Portugal estava a ocupar ilegalmente certos setores do estado guineense.



O 25 DE ABRIL DE 1974 EM PORTUGAL



Contrariamente às restantes potências coloniais europeias, Portugal, sob o regime do Estado Novo, resistiu longamente à descolonização, o que esteve na origem do recurso à luta armada pelos movimentos de libertação das suas colónias. A guerra colonial teve início em Angola em 1961, estendendo-se à Guiné em 1963 e a Moçambique em 1964.

A guerra nas três frentes teve diferentes níveis de intensidade. Alterações na promoção dos militares portugueses, aliado ao desgaste provocado pela guerra colonial e ao surgimento de vozes que defendiam uma solução política, e não militar, para o conflito para as colónias conduziram à criação do Movimento das Forças Armadas (MFA), que a 25 de abril de 1974 derrubou o Estado Novo.

Com a capitulação das principais figuras do Estado Novo, os militares estabeleceram a Junta de Salvação Nacional (JSN), presidida pelo general António de Spínola, antigo governador da Guiné. A população portuguesa aderiu ao golpe militar, seguindo-se profundas transformações em Portugal no âmbito do chamado Período Revolucionário em Curso (PREC).

O 25 de Abril foi em grande parte uma consequência da luta dos movimentos de libertação das colónias portuguesas. Permitiu a instauração da democracia em Portugal e o processo de descolonização, que resultou nas independências da Guiné-Bissau em 1974 e de Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola em 1975.

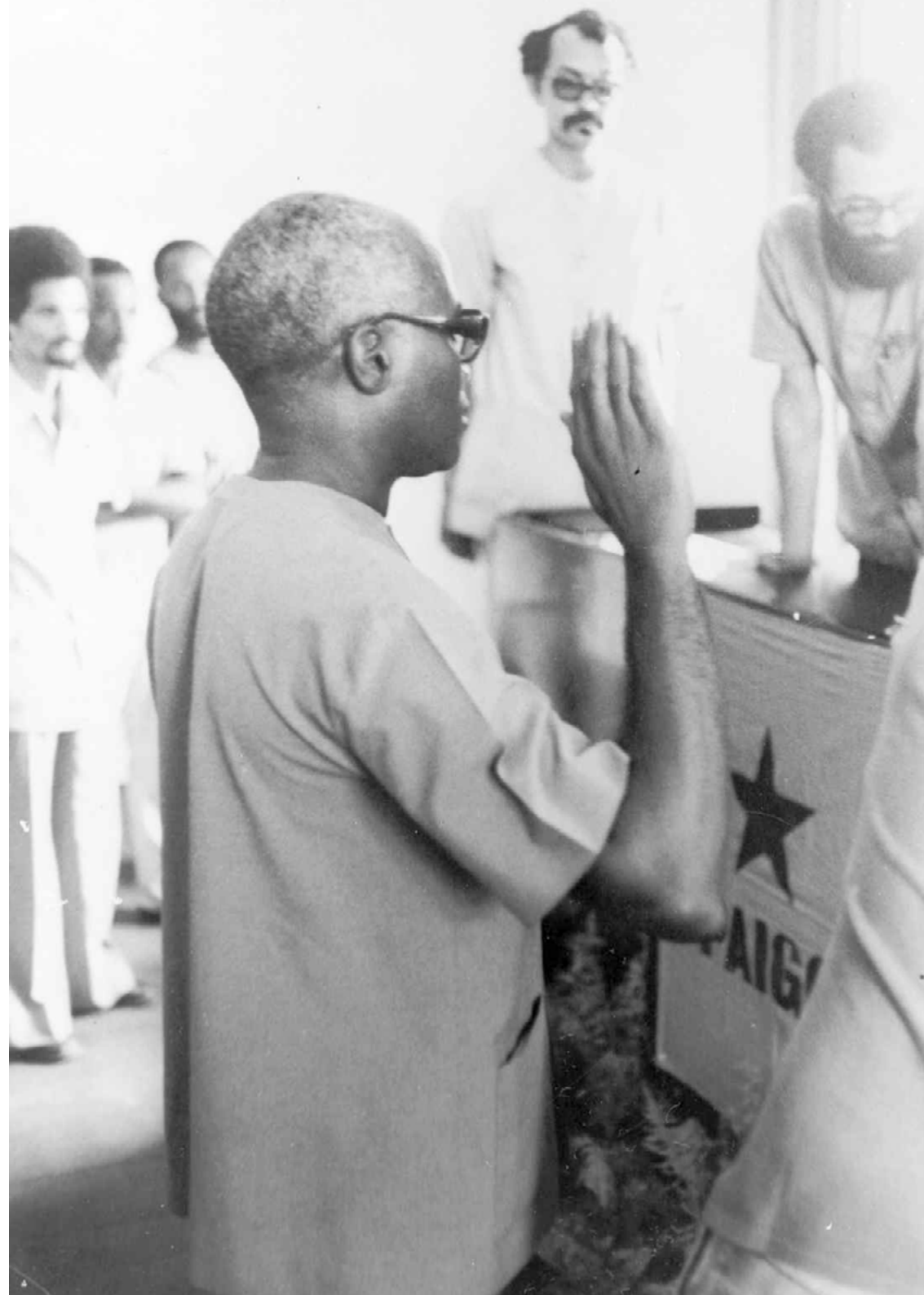
NEGOCIAÇÕES E INDEPENDÊNCIAS DA GUINÉ-BISSAU E DE CABO VERDE

Com a queda do Estado Novo a 25 de abril de 1974, o I Governo Provisório instaurado em Portugal a 16 de maio não definiu de forma clara uma posição quanto à independência das colónias. Esta situação resultou em grande parte das pressões do general António de Spínola, que enquanto presidente da República defendia um modelo federalista para as colónias.

A proposta spinolista acabou por fracassar, levando Portugal a iniciar contactos com os movimentos de libertação para negociar a independência das colónias. Houve conversações com o PAIGC no Senegal e no Reino Unido, nas quais o movimento solicitou o reconhecimento da proclamação unilateral da independência da Guiné e do direito de Cabo Verde a tornar-se independente.

O PAIGC utilizou ativamente a ONU para pressionar Portugal e a posse do II Governo Provisório a 18 de julho conduziu à aceleração do processo de descolonização. Foram retomadas as negociações com o PAIGC, que conduziram à assinatura do Acordo de Argel a 25 de agosto de 1974 e ao reconhecimento da República da Guiné-Bissau pelo governo português a 10 de setembro de 1974.

Apesar de no acordo de Argel ter sido estabelecido o direito de Cabo Verde à independência, Portugal levantou obstáculos quanto ao futuro político do arquipélago, o que levou o PAIGC a redobrar os seus esforços. Após a criação de um Governo de Transição e a eleição de uma Assembleia Constituinte, Cabo Verde alcançou a independência a 5 de julho de 1975. O país formou, tal como Amílcar Cabral tinha defendido, uma união com a Guiné-Bissau sob um regime de partido único, que esteve em vigor até à cisão do PAIGC em duas alas no seguimento do golpe de estado a 14 de novembro de 1980 em Bissau.



PENSAMENTO DE AMÍLCAR CABRAL E SEU LEGADO

Ao longo da sua vida, Amílcar Cabral produziu um grande número de escritos, versando sobre os temas mais variados. A produção intelectual de Cabral destaca-se pela sua heterogeneidade, apresentando contribuições teóricas para debates sobre democracia, teoria crítica africana, marxismo e luta de classes, cultura, povo, raça, emancipação das mulheres, desenvolvimento, violência, estudos pós-coloniais ou descolonização das mentes.

O interesse pelo pensamento de Cabral desenvolveu-se ainda durante a sua vida, mas nas últimas décadas assistiu-se ao alargamento dos estudos sobre a sua produção intelectual. As ideias de Amílcar Cabral têm sido objeto de diferentes releituras por parte de académicos, jornalistas, ativistas, artistas ou cineastas em inúmeros países, sobretudo nos anglo-saxónicos.

O estudo do pensamento de Amílcar Cabral decorre em paralelo à construção da memória em torno da sua figura. Tanto na Guiné-Bissau como em Cabo Verde, a nível estatal e no seio da sociedade civil, o contributo de Amílcar Cabral para a independência dos dois países tem sido utilizado para a construção de uma memória pública, que o representa como o pai fundador e um herói nacional.

Para lá das fronteiras dos dois países, o pensamento de Amílcar Cabral serve como referência nos mais diversos domínios para a compreensão de fenómenos atuais. Longe de se limitar unicamente à ação que conduziu ao surgimento de dois estados independentes, o legado de Amílcar Cabral estende-se deste modo à análise de problemas contemporâneos.



ÍNDICE DE IMAGENS E DE TEXTOS

Imagens

p. 6 Spell Reel.

p. 7 Concerning Violence

p. 9 Arquivo FAC, Amílcar Cabral jovem, s/data.

p. 11 Meio rural, Cabo Verde, s/ data.

p. 12 e 13 Av. Carvalho Viegas, Bissau, Guiné Bissau. Edição Foto Serra, s/data. delcampe.net

p. 15 Arquivo FAC, Tropas Portuguesas retiram-se da Guiné Bissau, Bissau, 1974.

p. 17 United Nations Photo Library, Reunião entre o Secretário-Geral da ONU e dirigentes africanos, 1962.

p. 18 e 19 Arquivo Amílcar Cabral, FMSMB, Militantes do PAIGC, 1963-1973.

p. 21 Arquivo FAC, Amílcar Cabral e militantes do PAIGC, provavelmente em Cuba, s/ data.

p. 23 Mykko Pyhälä, Internato do PAIGC no mato, 1970-73.

p. 25 Mykko Pyhälä. Enfermeira pendurando utensílios. Qubucaré, Guiné-Bissau, 1971.

p. 27 Mykko Pyhälä. Bitchu “Kennedy” e Adelino Nunes Correia observado o céu, Guiné-Bissau, 1970-1971.

p. 30 e 31 Arquivo Amílcar Cabral, FMSMB. Combatente do PAIGC treinando uma guerrilheira, 1963-1973.

p. 33 Arquivo Amílcar Cabral, FMSMB, IIª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) em Dar-es-Salam, Tanzânia, 3-6 de outubro 1965. Identificam-se Tomás de Medeiros, Maria Amália Lopes Fonseca, Amílcar Cabral, Aquino de Bragança e Marcelino dos Santos.

p. 35 Arquivo Amílcar Cabral, FMSMB, Amílcar Cabral, guerrilheiros e estrangeiros, 1973.

p. 36 e 37 Arquivo FAC, Cerimónias fúnebres de Amílcar Cabral em Conakry, 1 de fevereiro de 1973.

p. 39 Arquivo FAC, Primeira reunião da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau. Madina do Boé, 23-24 de setembro 1973.

p.40 e 41 Arquivo Municipal de Lisboa, 25 de abril de 1974.

p. 43 Arquivo Amílcar Cabral, FMSMB, Aristides Pereira presta juramento como 1º Presidente da República de Cabo Verde, 5 de julho de 1975.

p.45 Arquivo FAC, Crianças e adultos na Escola-Piloto. Conacry, s/ data.

Autoria dos textos

AAS p. 8, 16, 34, 35, 38, 40, 42, 44.

ÂBC p. 10, 13, 14, 20, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 32.